

## Prefeito interino de SP, veta aumento de gratificações na Câmara

Guilherme Seto  
SÃO PAULO

Prefeito interino de São Paulo no período em que Bruno Covas (PSDB) está em Londres, o presidente da Câmara Milton Leite (DEM) vetou nesta terça-feira (12) artigo de projeto de lei que previa aumento nas gratificações dos funcionários mais bem pagos do Legislativo municipal.

A despeito de terem aprovado o projeto com 32 votos favoráveis e oito contrários, os vereadores da Câmara passaram a afirmar que não tinham conhecimento do artigo ao participarem da votação e pediram para que Leite vetasse. O presidente da Câmara contestava o argumento, mas ouviu os vereadores que mudaram de opinião e optou pelo veto, publicado no Diário Oficial do município.

Em sua justificativa, Leite diz que a situação socioeconômica do país não permite a alteração do valor das gratificações. Os salários e gratificações foram reajustados em 2,84%.

Pelo projeto aprovado no final de maio, os servidores que recebem as maiores remunerações da Casa ganhariam gratificações de até R\$ 16.186 mensais. Ao todo, 148 funcionários que compõem a elite da Câmara teriam gratificações (valores que recebem por ocuparem cargos de chefia) aumentadas.

O impacto em 2018 somente desse aumento de benefício seria de R\$ 4,6 milhões, em um Orçamento de cerca de R\$ 670 milhões da Câmara. No próximo ano, esse valor chegaria a R\$ 5,6 milhões.

O texto também concedeu

auxílio-saúde de até R\$ 1.079 (valor variável de acordo com a faixa etária) para os próprios vereadores e os demais funcionários da Casa, além de um auxílio-alimentação de R\$ 573,45 para os servidores. Esses novos benefícios mensais devem gerar gasto anual extra de R\$ 38 milhões, e não foram vetados por Leite.

O auxílio-saúde será pago por reembolso para os vereadores e os funcionários. Aqueles com até 18 anos terão direito a R\$ 180 de ressarcimento, e os que têm mais de 59 anos poderão gastar até R\$ 1.079 com despesas médicas.

O vale-alimentação cairá automaticamente nas contas dos servidores. Eles já recebem auxílios-refeição de R\$ 48 por dia trabalhado, o que implica cerca de R\$ 23 milhões em custos.

## Teto dos gastos vai paralisar contas públicas, aponta relatório do TCU

Julio Wiziack  
Fábio Fabrini  
BRASÍLIA

O TCU (Tribunal de Contas da União) fará um alerta ao presidente Michel Temer. Sem mudanças na lei do teto de gastos —que impede que as despesas cresçam acima da inflação do ano anterior— haverá dificuldades para a máquina pública operar nos próximos anos, culminando com a total paralisia no primeiro semestre de 2024.

Essa projeção consta do relatório do ministro Vital do Rêgo, relator do processo das contas do governo Temer em 2017 que será apreciado nesta quarta-feira (13).

A corte deve dar parecer pela aprovação dos balanços da União com ressalvas e fará recomendações para que o Executivo corrija as distorções.

"Embora o resultado fiscal de 2017 tenha sido melhor do que o do ano anterior [déficit de R\$ 119

bilhões], com déficits menores (...), quando se analisa a série histórica desde 2008, observa-se uma deterioração da situação fiscal do país a partir de 2013", escreve o ministro no relatório a que a Folha teve acesso.

Para os auditores, caso mantido o crescimento das despesas obrigatórias no patamar atual, não haverá recursos orçamentários para pagar salários.

Serviços como emissão de passaporte, fiscalização de rodovias e controle aduaneiro ficarão comprometidos. Investimentos e até programas sociais, como o Bolsa Família, terão de ser congelados.

"Os contingenciamentos das despesas discricionárias devem aumentar, podendo comprometer, em última instância, e apenas para mencionar os exemplos mais críticos, os recursos destinados ao custeio de programas de saúde, educação e segurança."

A lei do teto foi uma das medidas da gestão Temer para conter a expansão dos gastos públicos. Dados do Tesouro Nacional mostram que, de 1997 a 2015, os gastos obrigatórios cresceram mais que o dobro da inflação.

A equipe econômica pretendia bloquear o crescimento das despesas com o teto e reformar a Previdência, que responde por 40% dos gastos.

Alguns integrantes do governo consideram que foi um erro aprovar o teto dos gastos antes da reforma da Previdência. Com o teto e sem as mudanças nas aposentadorias, o governo criou uma "camisa de força" já que terá de cumprir a lei sem conseguir conter a expansão dos gastos previdenciários.

A lei determina que essa regra de correção dos gastos só pode ser revista em dez anos, ou seja, em 2027. Para o TCU, Temer cumpriu o teto no ano passado, pode cumprir neste ano, mas, ainda segundo os auditores, o próximo presidente não





terá a mesma sorte.

O aumento dos gastos acima da inflação não era um problema diante de um cenário de expansão econômica. Mas o país mergulhou na recessão em 2014 e passou a exibir um déficit primário elevado. Hoje a meta de déficit é de R\$ 159 bilhões.

Outro problema apontado pelo TCU é o risco de descumprimento da chamada regra de ouro --que impede que a União se endivide para pagar despesas correntes.

No relatório, Vital afirma que o cumprimento da regra de ouro em 2017 só foi possível devido a "medidas ocasionais" como a devolução de recursos do BNDES.

"Projeção realizada para os próximos exercícios revela que, caso o governo não adote medidas estruturantes, a regra de ouro poderá não ser plenamente cumprida em 2018."

Outra distorção é o crescimento de renúncias tributárias que saltaram de 3,4% do PIB (entre 2003 e 2008) para 5,4% do PIB em 2017. "O patamar é de tal magnitude que pode ter afetado o equilíbrio das contas públicas no ano passado."

## **MP que direciona verba para segurança deflagra disputa no governo federal**

Por Andrea Jubé e Carla Araújo  
| De Brasília

A medida provisória que ampliou o orçamento do Fundo Nacional de Segurança, anunciada na última segunda-feira pelo presidente Michel Temer, deflagrou ontem uma nova crise no governo. Cálculos elaborados pelo Ministério do Esporte mostram que o setor vai perder R\$ 514 milhões em recursos no próximo ano. De igual forma, o Ministério da Cultura reagiu ao corte de R\$ 319 milhões do Fundo Nacional de Cultura. A principal reclamação é de que a maior beneficiada pela medida é a Caixa Econômica Federal, gestora das loterias que financiam os respectivos fundos.

"Não é a medida provisória da segurança, é a MP da Caixa, porque ela ganha mais que a segurança e o esporte juntos", reclamou o ex-ministro do Esporte Leonardo Picciani (MDB-RJ). Ele integra a comissão especial da medida provisória 841, onde apresentará emendas para reverter o prejuízo

para o setor. Picciani, que retomou o mandato de deputado federal, afirma que vai manter os recursos para a segurança, mas quer diminuir os ganhos da Caixa.

A planilha elaborada pelo Ministério do Esporte revela que o remanejamento dos recursos do setor elevou a premiação das loterias da Caixa em cerca de R\$ 750 milhões. O governo aumentou o payout (recursos reservados para o pagamento dos prêmios) para tornar as loterias mais atrativas, mas Picciani argumenta que os jogos já são atrativos por si, enquanto o esporte é uma das portas de saída mais atraentes para jovens expostos à criminalidade.

De acordo com os cálculos da pasta, o Ministério do Esporte perde R\$ 235 milhões no orçamento de 2019; as secretarias estaduais de Esporte terão redução de R\$ 196 milhões. O Comitê Olímpico Brasileiro sofre perdas de R\$ 11 milhões, e o parolímpico de R\$ 6,3 milhões. O Comitê Brasileiro de Clubes perde todo o orçamento de R\$ 62 milhões e os clubes de futebol

têm redução de R\$ 387 mil.

Em nota, o ministro do Esporte, Leandro Cruz, afirmou que "tem plena consciência da crise na segurança pública que tem afetado a vida dos brasileiros", mas destacou que a saída não é retirar recursos do esporte, "sabidamente um forte aliado no combate à violência". Cruz afirma que negociará junto ao governo e ao Congresso uma solução para o problema.

O ministro da Cultura, Sérgio Sá Leitão, também reagiu ao corte do Fundo Nacional de Cultura. Em nota, ele afirmou que vai trabalhar pelo projeto do MinC que efetivamente destina os recursos de loterias federais que cabem à Cultura para projetos culturais, por meio de editais.

No Planalto, auxiliares do presidente viram a carta de Sá Leitão como um indicativo de que ele poderia deixar o governo. Ao Valor, o ministro negou a intenção: "A insatisfação é grande, mas posso lutar melhor contra a redução de recursos ficando no governo", disse.

## **Edital de privatização das distribuidoras da Eletrobras será publicado até dia 20**

Por Rodrigo Polito | Do Rio

O edital de privatização das seis distribuidoras da Eletrobras deve ser publicado até dia 20, afirmou ontem uma fonte próxima do assunto. O documento deverá publicado pelo BNDES, órgão responsável pelo processo de venda do controle das empresas.

A publicação do edital voltou a ganhar força depois que a Advocacia Geral da União (AGU) conseguiu derrubar, no início desta semana, liminar da Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro que havia suspenso os procedimentos de privatização das distribuidoras até que a Eletrobras apresentasse, em até 90 dias, estudos de impacto das privatizações nos contratos de trabalho em curso na companhia. Na prática, deverão ser divulgados seis editais específicos para a privatização de cada empresa.

Na semana passada, o Valor publicou informação de que o governo estuda a possibilidade de licitar, em um primeiro momento, as distribuidoras que não possuem pendências e, posteriormente, outras que estão com situação mais

complexas, como é o caso da Amazonas Energia. A prioridade, porém, ainda é leiloar todas as distribuidoras de uma única vez.

Além da Amazonas Energia, as distribuidoras da Eletrobras são Ceal (AL), Cepisa (PI), Boa Vista Energia (RR), Ceron (RO) e Eletroacre (AC).

Ao mesmo tempo, o Congresso deve analisar projeto de lei que trata do equacionamento das pendências das distribuidoras, como os custos de aquisição de combustível para geração de energia no Norte do país, caso que envolve também um acordo de negociação de dívida da Eletrobras com a Petrobras.

Segundo a fonte, tem ganhado força comentários no setor no sentido de uma espécie de acordo no qual o Congresso deixaria para votar o projeto de lei de privatização da Eletrobras para depois das eleições, em troca de um trâmite mais rápido para votar o projeto de lei das distribuidoras da estatal.

O deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) disse ontem, após participar de reunião com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia

(DEM-RJ) e sindicalistas ligados à Eletrobras e contrários às privatizações, que foram mostradas aos sindicalistas "as dificuldades que poderão ser enfrentadas, se nada fizermos, o ônus para todos, inclusive para os trabalhadores". Segundo Aleluia, "Maia demonstrou disposição em deixar algumas coisas para depois. As conversas avançaram".

Ontem, as centrais sindicais ligadas aos funcionários da Eletrobras aprovaram a suspensão da greve de 72 horas, iniciada na madrugada de segunda-feira. O motivo da suspensão foi a decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que havia determinado que 75% dos funcionários deveriam permanecer trabalhando.

A greve foi contra a privatização da holding e das distribuidoras da Eletrobras e contra o presidente da empresa, Wilson Ferreira Jr. Outra greve está prevista para dia 25. Esta paralisação, no entanto, é relacionada à negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). (Colaborou Marcelo Ribeiro, de Brasília)

## Área econômica se reúne com Marun para definir prioridades no Congresso

Por Carla Araújo | De Brasília



Marun, da Secretaria de Governo: "Temos a convicção de que será possível".

Com pouco mais de seis meses para o fim do ano, e com menos dias úteis por conta da Copa do Mundo e do período eleitoral, o presidente Michel Temer tenta articular com o Congresso a votação de algumas matérias consideradas prioritárias para o governo. Articulador do governo no Congresso, o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, definiu em reunião ontem com os ministros da área econômica e com líderes as frentes que a base aliada precisa investir.

Após reunião com Eduardo Guardia, ministro da Fazenda, e Esteves Conalço (Planejamento), Marun afirmou que as prioridades serão a conclusão do cadastro positivo, a aprovação da desestatização das distribuidoras da Eletrobras e a medida provisória que cria o Ministério da Segurança.

"Essas três serão, digamos, a

nossa pauta prioritária para o encerramento do primeiro semestre", disse. "Temos a convicção de que isso será possível", completou. Marun disse que se trata apenas de uma "sugestão". "A pauta é uma prerrogativa da Câmara dos Deputados."

Ontem à noite, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), havia acertado com a oposição a votação dos requerimentos de urgência dos projetos que autorizam a Petrobras a vender o direito de exploração da cessão onerosa do pré-sal e que permitem à Eletrobras privatizar seis distribuidoras de energia que são deficitárias.

Também estavam na pauta os destaques ao projeto que torna automática a adesão ao cadastro positivo de crédito e a lei geral do turismo, que libera o capital estrangeiro nas empresas aéreas nacionais, mas essas matérias devem ficar para hoje.

Apesar do esforço do governo em tentar articular as votações, nos bastidores, auxiliares do presidente Temer reconhecem que as dificuldades são grandes e que a garantia mesmo é apenas da votação do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019, que precisa acontecer até o dia 17 de julho para que o Congresso possa legalmente suspender as atividades para o recesso parlamentar a partir desta data.

A ala mais otimista do governo, entretanto, destaca que além da tentativa de emplacar as três prioridades definidas ontem na reunião entre Marun, líderes e ala econômica, seria bastante positivo avançar com o projeto de lei das agências reguladoras, que já passou no Senado e está na Câmara. Na avaliação dessas fontes, o projeto pode dar mais gestão e governança no ambiente de negócios.

Marun destacou ainda que existe pleito em relação à autonomia do Banco Central, mas que vê dificuldades no avanço da proposta. "Entendo que é uma proposta polêmica e não sei se conseguiremos votar isso no meio do período eleitoral", disse.

Em fevereiro, diante da dificuldade em avançar na votação da reforma da Previdência, o governo decretou intervenção na segurança pública do Rio e apresentou uma pauta de 15 itens que considerava prioritários, incluindo os pontos mantidos na atual frente de negociação.

Na ocasião, o anúncio da lista por parte do governo causou mal-estar no Congresso, já que Maia tinha uma agenda prioritária própria e reclamou da interferência do presidente Michel Temer e sua equipe na prerrogativa do Poder Legislativo. (Colaboraram Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro, de Brasília)



## **Decretos alteram regras dos royalties da mineração**

Por Carla Araújo e Andrea Jubé  
| De Brasília

O presidente Michel Temer assinou ontem dois decretos para atualizar o Código de Mineração e criar novas regras para a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), que são os royalties pago pelas mineradoras aos Estados e municípios.

Com o novo texto, os municípios não produtores que são impactados pelo transporte, embarque e presença de instalações industriais em seu território receberão 15% da CFEM. Antes, apenas o município que sediava a mina recebia a compensação do impacto ambiental.

Segundo o governo, o percentual foi obtido a partir da redução nos valores que serão pagos aos outros entes federativos. Os municípios recebiam 65% e passarão a ter 60%; para os Estados, a alteração é de 23% para 15%; para a União, a mudança é de 12% para 10%. Em 2017, o setor mineral pagou cerca de R\$ 1,8 bilhão com a CFEM.

O segundo decreto atualiza as normas do Código de Mineração,

em vigor há mais de 50 anos, e torna obrigatória a execução adequada de um plano de fechamento de mina, que passa a integrar o conceito de atividade minerária. O texto dá à Agência Nacional de Mineração (ANM) a responsabilidade de disciplinar o aproveitamento de rejeitos e resíduos da atividade mineradora, visando a diminuição de passivos ambientais.

Os novos dispositivos surgem das consequências do maior desastre ambiental do país, o rompimento da barragem de rejeitos de Mariana, em Minas Gerais, em novembro de 2015. Com isso, ficam mais rigorosas as regras impostas às mineradoras para controle dos resíduos e rejeitos.

Durante a solenidade, Temer disse que a regulamentação representa "quase um desfecho" das reformas que promoveu em seu governo. Em tom de fim de governo, Temer lembrou que nestes dois anos de mandato, levou adiante "projetos que estavam paralisados [no Congresso]". "Posso rotular esse ato como um ato reformista, um ato que deu sentido, significado e substância a um setor importantíssimo do nosso país", completou.

## **Autossuficiência energética regional é a meta do novo presidente da EPE**

Por Rodrigo Polito | Do Rio



Barros dos Santos: "Menor custo global e melhor flexibilidade operacional".

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) pretende buscar a autossuficiência energética de cada região do Brasil. A medida, que visa aumentar a segurança do abastecimento e que estimula a vocação energética de cada parte do país, é uma das metas traçadas pelo novo presidente da estatal de estudos energéticos, Reive Barros dos Santos.

Em sua primeira entrevista exclusiva desde que assumiu o cargo, há quase um mês, o engenheiro pernambucano também incluiu em sua lista de prioridades a definição de um cronograma para a publicação dos principais estudos da EPE, a garantia da execução integral do orçamento da estatal e a continuidade do plano de internacionalização da empresa.

"Um desafio que estou lançando, e isso vai criar uma necessidade se

fazer uma grande discussão, é fazer com que as regiões sejam autossuficientes energeticamente. É um conceito em que a geração se dá mais próximo da carga. Com isso teremos menor custo global e melhor flexibilidade operacional", disse Barros, ao Valor.

Segundo ele, há cerca de 30 anos, o sistema brasileiro necessitava de 0,8 km de linha de transmissão para escoar 1 megawatt de energia. Hoje, é necessário 1,2 km para escoar o mesmo megawatt.

"Optamos em produzir energia no Norte e trazer grandes linhas [de transmissão] para o Sudeste. Entendo que é cada vez mais difícil explorar energia hidráulica. Tem um custo menor, é renovável, mas com todas as questões ambientais, fica cada vez mais difícil explorar energia hidráulica", afirmou o executivo.

"Enquanto as interligações do passado foram vistas como fonte primária, na nossa visão elas serão fonte secundária", disse Barros. "As transferências de carga serão feitas, mas não permanentemente como se dá hoje, porque isso é um risco de operação muito grande, na minha avaliação."

Barros citou como exemplo o último apagão de maior porte no setor, ocorrido em março e que afetou 70 milhões de pessoas, em 14 Estados, tendo sido causado por

uma falha no sistema de transmissão de interligação entre as regiões Norte e Sudeste, mas que atingiu principalmente o Nordeste. "Naquele último apagão, todo o sistema do Norte veio atender ao Sudeste, mas quando faltou energia, quem pagou o preço foi o Nordeste. Vamos rever essas premissas."

O presidente da EPE ressaltou ainda que a autossuficiência energética permitirá que as regiões recebam mais investimentos em geração distribuída, dentro de suas vocações energéticas. Esse é o caso, por exemplo, do desenvolvimento do potencial de energia eólica e solar no Nordeste. Além disso, destacou ele, esses investimentos geram emprego e renda em regiões mais carentes, como o Semiárido nordestino.

"O máximo que pudermos fazer para aproveitar todo esse potencial de energia eólica e solar no Brasil, nós devemos fazer. Evidentemente que precisamos considerar que são fontes intermitentes, porém temos alternativas tecnológicas que podem fazer complementaridades, através de armazenamento de energia ou despacho de geração térmica ou de reservatórios [hidrelétricos]. E com isso o Brasil cumpre com o estabelecido na Cop-21, em Paris", afirmou.

Engenheiro, com mais de 40 anos de atuação no setor elétrico brasileiro, com passagens pela







Chesf, Celpe e área acadêmica (é professor da Escola Politécnica da Universidade de Pernambuco), Barros pretende utilizar sua experiência na diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), entre 2014 e 2018, para gerir o principal braço de planejamento energético do país. "A Aneel dá uma visão muito grande do setor como um todo. É uma escola."

Na agência reguladora, Barros deparou-se muitas vezes com problemas de descasamento de cronogramas de projetos de geração e transmissão. Agora pretende implantar uma agenda de publicação dos principais documentos elaborados pela EPE: O Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE, principal estudo sobre a expansão do setor energético brasileiro e que norteia a estratégia dos investidores), o Plano Nacional de Energia (PNE estudo semelhante com prazo mais longo) e o Balanço Energético Nacional (BEN, que faz uma ampla análise anual da oferta e demanda de energia do país).

Com relação ao PDE, o presidente da EPE quer estipular a data de 30 de novembro para a

publicação anual do estudo. Esse assunto, porém, ainda será discutido com o Ministério de Minas e Energia (MME), já que o material, após concluído pela EPE, é encaminhado ao ministério, para a publicação oficial. No caso do PNE, a segunda versão do plano, com horizonte 2050, deve ser divulgada até o fim do ano.

Outro ponto considerado fundamental pelo engenheiro é garantir a autonomia e da EPE e o cumprimento do orçamento integral definido para a empresa anualmente. Na sua visão, o custo da estatal é muito pequeno, em relação ao benefício que ela proporciona para o planejamento do mercado energético brasileiro.

"Seria uma situação não muito boa para o país, se tivéssemos que crescer [a economia] e a infraestrutura de energia elétrica não pudesse atender [a esse crescimento] por uma falta de visão antecipada de planejamento porque a empresa que é responsável por isso não teve as condições necessárias para desenvolver o seu trabalho", afirmou Barros.

O ex-diretor da Aneel contou também não ter preconceito com nenhuma fonte de energia. Para ele, todos os tipos de energia podem contribuir para a expansão da oferta do país, inclusive as fontes termelétricas nucleares e a carvão. Segundo ele, o que vai determinar a expansão de cada fonte é o seu custo.

Reconhecendo o trabalho de seus antecessores, o matemático Luiz Augusto Barroso e o engenheiro Maurício Tolmasquim, o terceiro presidente da história da EPE disse que pretende dar continuidade ao processo de internacionalização da empresa.

"Em se tratando de infraestrutura, esta é a mais bem conceituada empresa de planejamento do Brasil. Em qualquer outro setor de infraestrutura, não se encontra uma empresa que sinaliza para a sociedade, a cada ano, uma visão dos próximos dez anos e uma visão dos próximos 50 anos. Já somos referência de planejamento em nível nacional. Hoje temos uma estratégia de internacionalização da empresa", disse Barros.

## CONJUNTURA »

# Peso do lucro dos bancos no crédito chega a 14%

*Relatório do BC aponta a inadimplência como principal responsável pelos altos juros pagos por consumidores aos bancos. Outros itens que contribuem para a formação das taxas são as despesas administrativas, os tributos e o Fundo Garantidor de Crédito (FGC)*

ROSANA HESSEL  
ANTONIO TEMÓTEO

Após três anos sem fazer um mapeamento anual do mercado de crédito nacional, o Banco Central(BC) divulgou ontem o Relatório de Economia Bancária, com discurso muito semelhante ao do setor bancário. Durante a apresentação do documento, o diretor de Política Econômica do BC, Carlos Viana de Carvalho, afirmou que o lucro dos bancos não é o maior vilão do spread (diferença entre o custo de captação e a taxa cobrada de quem pega empréstimo). Para ele, o principal componente é a inadimplência, que teve um peso de 38,3% na formação do spread em 2017, e é crescente. Em 2015, esse percentual foi de 35,25%, de acordo com o relatório. No mesmo período, o peso do lucro dos bancos no spread bancário foi de 14,04%,

“A mensagem aqui é que a inadimplência é o componente com maior peso no ICC (Indicador de Custo do Crédito)”, resumiu. O

mesmo estudo, entretanto, mostra que a inadimplência vem caindo. Segundo ele, quanto maior for essa taxa, maiores serão os juros necessários para cobrirem a perda com os calotes. “O peso da inadimplência é elevado. Queremos que o custo do crédito caia, mas precisamos buscar uma queda sustentada desse custo. Uma queda temporária e efêmera não vai gerar benefícios para a sociedade, e, por isso, nosso foco na agenda BC+ caminha nessa direção”, destacou

Ele defende maior concorrência. Outros itens com peso significativo no spread em 2017 foram despesas administrativas, de 25,5%, e tributos e Fundo Garantidor de Crédito (FGC), de 22,1%. Segundo Viana, a Selic “é apenas um componente do custo de captação” e, portanto, o impacto de sua redução nos últimos anos, apesar de expressivo, é pequeno nos juros cobrados pelo mercado.

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Murilo Portugal, elogiou a reavaliação dos principais componentes do spread bancário contidos no novo relatório do BC. Conforme ele, a análise anterior mostrava que os custos da intermediação financeira representavam 77% do spread e agora são 86%, sendo que a parte referente ao lucro representa 14,04%. “Para reduzir esse nível, um desejo de todos nós, precisamos reduzir custos de inadimplência e de operação e a carga tributária. Todos que entram no mercado para competir têm as

mesmas condições. Só a competição não vai resolver esse problema”, destacou.

De acordo com o relatório do BC, o mercado total de crédito cresceu 3,3% em 2017 sobre o ano anterior, para R\$ 3,3 trilhões, dado inferior aos R\$ 3,5 trilhões de 2015. O estudo mostrou ainda que tanto a inadimplência quanto o endividamento das famílias diminuíram entre 2016 e 2017. “A trajetória da inadimplência do segmento de pessoas físicas, que atingiu 3,5% em dezembro de 2017, foi a menor taxa desde o início da série histórica”, informou o documento.

### Metodologia

O estudo, com 138 páginas, faz um panorama do setor e revela, pela nova metodologia do BC, uma redução do peso da rentabilidade dos bancos no spread, já que, no ano passado, foi de 14,04% ante 14,4%, de 2016 e 16,24%, de 2015. Essa diminuição, entretanto, está na contramão do lucro dos principais bancos nacionais, que é crescente e, entre 2016 e 2017, teve alta de quase 15%, somando R\$ 57,6 bilhões.

“A metodologia antiga de cálculo do spread era ruim e essa nova continua ruim. Faltou transparência, porque o governo ainda não consegue mostrar de forma clara qual é o verdadeiro custo do crédito”, avaliou o consultor Roberto Luis Troster, ex-economista-chefe da Febraban.





## O que pesa nos juros

Composição do spread, a diferença entre o que o banco remunera nas aplicações e o que cobra nos empréstimos

Em (%)	2015	2016	2017
1 - Inadimplência	35,25	38,57	38,27
2 - Despesas administrativas	25,16	24,23	25,55
3 - Tributos e Fundo Garantidor de Crédito (FGC)	23,35	22,79	22,13
4 - Margem financeira do ICC	16,24	14,41	14,04
5 - Spread do ICC (1 + 2 + 3 + 4)	100,00	100,00	100,00

### Evolução do mercado de crédito

2015 2016 2017 (em R\$ bilhões)

Total	3.493	3.203	3.308
Recursos livres	3.055	2.860	2.990
Recursos direcionados	438	343	318
Pessoas jurídicas	1.719	1.474	1.434
Pessoas físicas	1.773	1.729	1.874
Recursos Livres PF	1.575	1.556	1.697
Direcionados PF	198	171	176



Fonte: Relatório de Economia Bancária/Banco Central e Banco de Compensações Internacionais (BIS)

## Setor é dominado por poucas instituições

O Relatório de Economia Bancária (REB) do Banco Central, divulgado ontem, mostrou que a concentração do mercado financeiro continua elevada no Brasil. De acordo com o estudo, apenas os cinco maiores bancos nacionais detêm 76,1% do crédito pessoal e são donos de mais de 80% dos ativos do setor. Duas instituições públicas dominam 39,8% do segmento de crédito pessoal, enquanto os três maiores bancos privados detêm outros 36,3%, totalizando 76,1% do bolo.

Conforme um comparativo apontado pelo BC com base em dados do Banco de Compensações Internacionais (BIS, na sigla em inglês), a participação das cinco maiores instituições bancárias nos ativos totais do setor teve um crescimento bem forte entre 2006 e 2016, passando de 60% para 82%. Essa taxa é mais alta que a de países emergentes, como China, Índia, México e Coreia do Sul, de 37%, 36%, 70% e 62%, respectivamente.

O diretor de Política Econômica do BC, Carlos Viana de Carvalho,

afirmou que a concentração não é a razão de os juros serem elevados. “Não existe uma evidência empírica embasada sobre isso. O ponto dessa ideia de que é preciso reduzir a questão do spread de forma estrutural. E isso não é uma solução fácil”, disse ele, defendendo maior concorrência no mercado.

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febrabran), Murilo Portugal, reconheceu que o esforço para reduzir custos operacionais e ganhar eficiência depende dos bancos, e também do governo, do Legislativo e do Judiciário. Ele ainda lembrou que os bancos revisaram as projeções de crescimento econômico, indicando que a recuperação não ocorrerá na velocidade esperada. Isso devido ao “choque do petróleo e os juros nos Estados Unidos, que vão subir mais rápido do que se esperava. No Brasil, tivemos um choque grande com a greve dos caminhoneiros. Isso reduziu as expectativas de crescimento para este ano de 3% para 2%. Mas isso é o dobro do que crescemos no ano passado”, disse (RH e AT)

## BC intervém e segura o dólar

SIMONE KAFRUNI

O Banco Central (BC) teve que repetir mais uma forte atuação no câmbio ontem para conter a alta do dólar. A autoridade monetária precisou fazer duas ofertas de contratos de swap ao longo do dia para segurar a divisa norte-americana, que fechou o pregão com recuo de 0,3%, cotado em R\$ 3,713. Após cinco quedas seguidas, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) teve um leve respiro e subiu 0,62% aos 72.754 pontos.

Na primeira intervenção, às 10h20, o BC ofertou 30 mil contratos. Como a medida foi insuficiente para reverter a escalada do dólar, a autoridade monetária colocou mais 30 mil no mercado por volta do meio-dia. Os dois leilões somaram US\$ 3 bilhões, volume maior do que os 50 mil contratos ofertados na véspera.

Para André Perfeito, economista-chefe da Spinelli Corretora, a intervenção do BC está saindo cara demais. “Apesar dos esforços, o

dólar chegou a subir a R\$ 3,715 antes do fechamento. As ações do BC tendem a ser infrutíferas a médio prazo, porque tentam resolver de forma quantitativa um problema qualitativo”, avaliou.

Segundo ele, o estoque de swap, em 5 de junho, era de US\$ 34 bilhões e chegou a US\$ 47 bilhões. “Subiu 38% em dias, o que mostra a firme determinação do BC”, disse. O motivo que leva o dólar a se valorizar, no entanto, persiste. Segundo Perfeito, o quadro eleitoral, a falta das reformas e de um candidato comprometido com o mercado são as principais razões para a volatilidade. “Até agora, ninguém perdeu nada, mas se o dólar continuar subindo, o que parece ser o caso, vai gerar prejuízo para o governo”, alertou.

O economista-chefe da SulAmérica Investimentos, Newton Rosa, explicou que o movimento de alta também é impulsionado pelo cenário internacional, menos amigável, com a expectativa da reunião de política monetária do Fed (Federal Reserve, banco central

norte-americano), marcada para hoje. “Há uma perspectiva de alta dos juros dos Estados Unidos. O mercado está 100% certo de que o Fed vai aplicar nova alta de 0,25 ponto percentual, o que leva os investidores para lá”, disse. O Banco Central Europeu também deve mudar sua política monetária esta semana, conforme Rosa.

No entendimento de Reginaldo Galhardo, gerente de câmbio da corretora Treviso, o mercado forçou a intervenção do BC para mudar o patamar do dólar, que estava em R\$ 3,30. “Precisou a moeda bater R\$ 4 para o BC tomar a decisão e agir. Agora, o mercado está se aproveitando”, avaliou. O especialista aposta que o BC vai exaurir o mercado de swap cambial e os leilões de linha para conter o dólar. “Quando Ilan (Goldfajn, presidente do BC) assumiu, o estoque de swaps era de US\$ 128 bilhões. Caiu para US\$ 23 bilhões em dois anos. Agora, ele vai usar o que precisar para intervir e pode, sim, bater o recorde em um mês. Ilan tem um arsenal contra a alta especulativa do dólar e vai usar tudo”, opinou.

## Cinco perguntas para

*José Luiz Oreiro, professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB)*

O Banco Central (BC) deve manter as ações para conter a alta do dólar oferecendo proteção para empresas endividadas, mas não deve atuar diretamente na venda da moeda, defende o economista José Luiz Oreiro. Ele concedeu entrevista, ontem, ao programa CB. Poder, parceria entre a TV Brasília e o Correio. A seguir, alguns trechos:

***O senhor falou da necessidade de equilibrar as contas públicas. Ao fazer isso, o próximo governo adotará medidas impopulares. Haverá tensão social caso se tente resolver os problemas do país?***

É fundamental, na campanha eleitoral, os candidatos falarem a verdade para a população. O filme The Darkest Hour mostra que Winston Churchill, primeiro-ministro da Grã-Bretanha na 2ª Guerra, fez o seguinte discurso: “Nada tenho a oferecer senão meu trabalho, sangue, suor e lágrimas”.

***E os brasileiros estão preparados para ouvir isso?***

Têm que saber a verdade. O que nos espera é difícil, temos muitos ajustes para fazer, não vamos voltar

do dia para a noite para uma situação de bem-estar. Mas os candidatos a presidente têm que dizer isso. É o que vão fazer. O que não pode acontecer é o que a Dilma fez: um discurso na campanha eleitoral e, logo que eleita, algo completamente diferente.

***O BC tem capacidade de proteger, neste momento, as empresas que estão endividadas em dólar?***

Sim. O swap que está sendo oferecido é um contrato em que o BC troca a desvalorização do câmbio pelo pagamento de juros. Quando o câmbio se desvaloriza além dos juros domésticos, o BC paga para o possuidor do contrato essa diferença.

***É necessário usar as reservas cambiais para atuar diretamente no mercado, vendendo dólares?***

Pode-se fazer, mas não é a melhor forma de intervir. A melhor forma é por intermédio de swap cambial. Há um arsenal enorme de instrumentos para reduzir a pressão especulativa sem mexer na taxa de juros.

***O BC pode ter de elevar juros?***

Mexer na taxa de juros neste momento é suicídio.